

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof.ª Dr.ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof.ª Dr.ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof.ª Dr.ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.ª Dr.ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof.ª Dr.ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof.ª Dr.ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: globalização e desenvolvimento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: globalização e desenvolvimento 2 / Organizador
Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-869-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401>

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II.
Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento econômico tem sido permeado pela presença de diferentes escolas, teorias e correntes desde os primordiais princípios filosóficos na Grécia, passando pela conformação da Ciência Econômica na Inglaterra, até chegarmos aos dias atuais, demonstrando que em um mundo globalizado não existe apenas uma via, mas diferentes formas de interpretação sobre o fenômeno econômico.

Tomando como referência que os pensamentos ortodoxos e heterodoxos são vivos nos campos das ideias e da realidade atual, este livro promove uma visão panorâmica sobre temas relevantes no campo epistemológico da Economia, tendo o objetivo de apresentar análises e debates que tomam como fundamentação distintos paradigmas teórico-metodológicos do pensamento econômico para interpretar a empiria dos assuntos e estudos de casos.

O ecletismo teórico-metodológico proposto nesta obra é explicitado, tanto, pela presença de um plural debate entre diferentes correntes teóricas do pensamento econômico, quanto, por diferentes procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim a apreensão de diferentes óticas para captação e interpretação dos fenômenos econômicos.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem quali-quantitativa quanto aos meios utilizados nas pesquisas, este livro foi estruturado por meio de distintas técnicas e métodos de pesquisa a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Fruto de um trabalho coletivo e desenvolvido a várias mãos por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, os 29 capítulos deste livro fazem um imersivo convite à leitura de discussões relevantes nas áreas de Teoria Econômica, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional e Economia Política, combinando didatismo e acessibilidade.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e o pensamento econômico em um contexto de globalização permeado por diferentes paradigmas ideológicos. A obra estimula um debate eclético, plural e não discriminatório que se apresenta por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo e da comunidade epistêmica da área da Economia.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Lázaro Camilo Recompensa Joseph


Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224011>

CAPÍTULO 2..... 35

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964


Neilaine Ramos Rocha de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224012>

CAPÍTULO 3..... 50

ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO


Isabel Cristina Chaves Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224013>

CAPÍTULO 4..... 57

GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES


Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224014>

CAPÍTULO 5..... 66

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE


Zacarias Bernabé Nguema

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224015>

CAPÍTULO 6..... 84

TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)


Shayra Alberto Xavier Constantino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224016>

CAPÍTULO 7..... 94

O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA “DIVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Daniel Fernando Sibinde Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224017>

CAPÍTULO 8..... 105

A SUSTENTABILIDADE DA DIVIDA PUBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Dalmázia de Fátima Vicente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224018>

CAPÍTULO 9..... 119

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Atumane Jacinto José Nanvarra

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224019>

CAPÍTULO 10..... 129


LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Rafael Granillo Macías

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Raúl Rodríguez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240110>

CAPÍTULO 11..... 141

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240111>

CAPÍTULO 12..... 157


BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240112>

CAPÍTULO 13..... 178

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Ramon Rodrigues Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240113>

CAPÍTULO 14	194
EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO	
Luz Elvia Garcia Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114	
CAPÍTULO 15	204
AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE	
José Edson Rodrigues Júnior Edivane de Sousa Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115	
CAPÍTULO 16	220
ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLÓGICOS	
Heliene Macedo de Araújo Marta Cristina Marjotta-Maistro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116	
CAPÍTULO 17	242
APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Mariane Rodrigues da Vitória	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117	
CAPÍTULO 18	252
UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)	
Kayle Chaves Rustangy Viegas Nhenge	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118	
CAPÍTULO 19	263
DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO	
Imelda Ortiz Medina Pedro Plata Pérez Jorge Martínez Pérez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119	
CAPÍTULO 20	272
O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS	
Edgar Oliveira Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120	

CAPÍTULO 21.....298

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Ana Carla Silva Alexandre

Idalacy de Carvalho Barreto

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

José Ricardo Bezerra Nogueira


Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Nelson Miguel Galindo Neto

Guilherme Guarino de Moura Sá

Deisyelle Magalhães Barbosa

Débora Montenegro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240121>

CAPÍTULO 22.....312

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO E 2008 A 2012


Harley Davidson Rocha de Lima

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Rodrigo Gomes de Arruda

Tatiane Almeida de Meneses

Maira Galdino da Rocha Pitta


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240122>

CAPÍTULO 23.....329

INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL

Tiago Wickstrom Alves

Emanuelle Nava Smaniotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240123>

CAPÍTULO 24.....353

PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS


Cândido Jorge Peres Moreira

Mário Alexandre Guerreiro Antão

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Domingos Custódio Cristóvão

Catarina Carvalho Terrinca


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240124>

CAPÍTULO 25.....365

O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA

ILHA DE MOÇAMBIQUE


Octávio Francisco Xavier Uaite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240125>

CAPÍTULO 26.....381

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Laura Isabel Tottino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240126>


CAPÍTULO 27.....397

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Paulo Henrique Rocha de Souza

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Paulo de Melo Jorge Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240127>


CAPÍTULO 28.....411

SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Mateus Catalani Pirani

Emily Romera Fagundes

Julia Gothard Ribeiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240128>

CAPÍTULO 29.....423

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Felipe Casteletti Ramiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240129>

SOBRE O ORGANIZADOR.....434

ÍNDICE REMISSIVO.....435

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Data de aceite: 10/01/2022

Ramon Rodrigues Ramalho

Centro de Estudios e Investigaciones Laborales
(CEIL/CONICET)

RESUMO: El presente capítulo analiza las disputas políticas entre las Empresas Recuperadas por sus Trabajadores (ERT). Nosotros examinamos la recuperación de empresas como una disputa entre estrategias de formación del capital y del trabajo, que se juega entre el (auto)disciplinamiento individual y el (auto)ejercitamiento de la organización colectiva, dirigido a apropiarse de los medios de producción. Nuestro objetivo es avanzar en la comprensión sobre los sentidos atribuidos por los trabajadores a la recuperación de su empresa y el carácter de las disputas emergentes entre ellos durante la fase autogestiva. Para comprender las disputas entre los trabajadores de una ERT sobre qué finalidad atribuyen a su empresa, abordamos el caso de la metalúrgica IMPA, una emblemática ERT porteña, protagonista de varias recuperaciones y de la noción de “Fábrica Abierta”, albergando a diversas organizaciones sociales en su planta. Se trata de un caso privilegiado para examinar las disputas por el sentido asignado a la recuperación de empresas, pues la trayectoria de IMPA está marcada por traumáticas rupturas internas, que han cambiado, más de una vez, la orientación otorgada por los trabajadores a la finalidad de su empresa. Al destacar dos episodios, la “fractura” del 2005 y la

llamada “2ª recuperación” del 2008, vemos a esa disputa enraizarse de tal manera que determina no sólo los conflictos dentro de una ERT, sino que también establece a dos tipos de ERTs: las que adoptan el carácter de “Empresas Sociales” en contraste con las estrictamente “Productivistas”.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas Recuperadas por sus Trabajadores; acción colectiva; etnografía participativa; estrategia formativa; movimientos sociales.

TWO CONCEPTIONS AMONG THE COMPANIES RECOVERED BY THEIR WORKERS. FORMATIVE DISPUTES OVER THE MEANING OF SELF-MANAGEMENT IN THE IMPA

ABSTRACT: This chapter analyzes the political disputes among the Recovered Worker-Owned Enterprises (ERTs). We examine the recovery of enterprises as a dispute between capital and labor formation strategies, which plays out between the individual self-disciplining and the (self-) exercising of the collective organization, aimed at the appropriation of the means of production. Our objective is to advance in the understanding of the meanings attributed by the workers to the recovery of their enterprise and to characterize the emerging disputes between them. In order to understand the disputes among the workers of an ERT, we analyze the case of the metallurgical company IMPA, an emblematic ERT in Buenos Aires, protagonist of several others recoveries of factories and to implement the notion of "Open Factory", hosting several social organizations in its plant. This is a privileged case to examine the disputes over the meaning assigned to the

recovery of companies, since IMPA's trajectory is marked by traumatic internal ruptures, which have changed, more than once, the orientation given by the workers to the purpose of their company. By highlighting two episodes, the "fracture" of 2005 and the so-called "2nd recovery" of 2008, we see this dispute taking root in such a way that it determines not only the conflicts within an ERT, but also establishes two types of ERTs: those that adopt the character of "Social Enterprises" in contrast to the strictly "Productivist" ones.

KEYWORDS: Worker-Recovered Enterprises; collective action; participative ethnography; formative strategy; social movements.

1 | INTRODUCCIÓN

El presente capítulo analiza las disputas políticas entre las Empresas Recuperadas por sus Trabajadores (ERT). Una empresa "*recuperada*" es una empresa capitalista fallida que pasa a ser gestionada por sus trabajadores. Ese término resalta el protagonismo de los trabajadores en el proceso de *ocuparse una empresa preexistente* para recuperar una fuente de trabajo que estaría perdida de no mediar la "lucha". En suma, son unidades económicas convertidas de una gestión capitalista a la gestión colectiva de los trabajadores. En la Argentina, existen 384 Empresas Recuperadas por sus Trabajadores (ERTs), ocupando a 15.525 personas (Programa Facultad Abierta, 2018).

Nosotros examinamos la recuperación de empresas como una *disputa entre estrategias de formación del capital y del trabajo*, que se juega entre el (auto)disciplinamiento individual y el (auto)ejercitamiento de la organización colectiva, dirigido a apropiarse de los medios de producción. Nuestro objetivo es avanzar en la comprensión sobre los sentidos atribuidos por los trabajadores a la recuperación de su empresa y el carácter de las disputas emergentes entre ellos *durante la fase autogestiva*¹.

Para comprender las disputas entre los trabajadores de una ERT sobre qué finalidad atribuyen a su empresa, abordamos el caso de la metalúrgica IMPA, una emblemática ERT porteña, protagonista de varias recuperaciones y de la noción de "Fábrica Abierta", albergando a diversas organizaciones sociales en su planta. Se trata de un caso privilegiado para examinar las disputas por el sentido asignado a la recuperación de empresas, pues la trayectoria de IMPA está marcada por traumáticas rupturas internas, que han cambiado, más de una vez, la orientación otorgada por los trabajadores a la finalidad de su empresa. Al destacar dos episodios, la "fractura" del 2005 y la llamada "2ª recuperación" del 2008, vemos a esa disputa enraizarse de tal manera que determina no sólo los conflictos dentro de una ERT, sino que también establece a *dos tipos de ERTs*: las que adoptan el carácter de "*Empresas Sociales*" en contraste con las estrictamente "*Productivistas*".

Para responder a los interrogantes que guían el presente capítulo, nos basamos en el trabajo de campo etnográfico realizado por un periodo de tres años (2011-2013)

¹ El presente capítulo constituye una versión resumida de la investigación publicada en la Revista Estudios Sociológicos de El Colegio de México, bajo el título "*Los caminos de la autogestión: disputas entre dos concepciones de la recuperación*".

en IMPA, por ocasión de la fundación de una Universidad Popular en esta planta fabril, la denominada “Universidad de los Trabajadores IMPA” (UT-IMPA). El trabajo etnográfico posibilitó la aprehensión de las situaciones cotidianas, combinando *estrategias de observación y grupos de discusión*, para poder captar el significado del objetivo propuesto por los trabajadores de IMPA: la construcción de una Estrategia de Formación *integral* para fomentar las recuperaciones. La observación participante permitió la Conversación Clínica durante los “reiterados encuentros cara a cara” con los referentes de la UT y de IMPA, complementados por Entrevistas semiestructuradas. Del análisis de los registros de campo se pudo documentar lo “no-documentado” durante la convivencia cotidiana en IMPA.

También nos fundamentaremos en el relevamiento bibliográfico sobre las empresas recuperadas, en conversaciones con investigadores dedicados al tema, del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL/CONICET), del Instituto de Investigación Gino Germani, de la UBA, y del Programa de extensión universitaria “Facultad Abierta”, de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

Indagamos que la subsistencia de discordancias sin tratamiento se convierte en diferentes niveles de interiorización del compromiso asumido frente a su empresa autogestionada: mientras unos se limitan a ejercer la función de su puesto de trabajo, delegando las funciones de la gestión a sus pares, otros se ocupan de las tareas administrativas y articulaciones políticas externas a la empresa (Ramalho, 2018a). Además, destacamos a dos obstáculos para la integración entre organizaciones sociales que comparten un campo identitario común. La “igualación” entre aquellos que se identifican como miembros de un grupo, por haber atravesado las dificultades de su constitución, conforma una frontera y limita el tránsito e intercambio entre dos colectivos, aunque se reconozcan como pares con un objetivo en común. Otro obstáculo consiste en reproducir la lógica calcada en “ocupar, resistir, producir” hacia la cotidianeidad de la empresa. La reproducción de esta lógica engendra una comunicación ruidosa y fomenta una conducta competitiva, menos reflexiva que impulsiva. Si esta conducta parece adecuada para llevar a cabo medidas que exigen una acción inmediata, como recuperar empresas, se muestra inadecuada para planificar estrategias integradas de largo plazo.

2 | LA TRAYECTORIA DE LA FÁBRICA IMPA ENTRE DOS CONCEPCIONES DE LA RECUPERACIÓN

IMPA es una empresa fundada en 1928 por capitales privados argentinos y recuperada en 1998 cuando el consejo directivo abandona la empresa, frente a su colapso financiero. Desde su recuperación, el 22 de mayo de 1998, IMPA protagoniza diversas recuperaciones de empresas y la formación de la primera agrupación de ERTs argentinas, el Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (M.N.E.R.), que incorpora del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) brasileño su consigna “Ocupar, Resistir,

Producir”. En cierto sentido, las ERTs pueden ser consideradas como una urbanización de la propuesta de los sin tierra (Klein citado en Fernández, 2008, p. 204).

IMPA también se destaca como una empresa simbólica en adoptar la noción de “fábrica abierta”. En articulación con otras organizaciones sociales, instala en 1999 un Centro Cultural (CC) y en 2004 es la primera ERT en instalar un Bachillerato Popular (BP) en su planta. Además, alberga a diversas organizaciones sociales, como la BarricadaTV. Durante el trabajo de campo también podemos encontrar en la planta a una radio comunitaria, la Radio Semilla; una organización dedicada a producir los equipos para que se pueda armar a radios comunitarias; el Museo del Trabajo IMPA; el Teatro Nora Cortiñas; dos grupos de dramaturgia – el Teatro Sanitario de Operaciones y el Impacto Teatral – entre otras agrupaciones sociales.

Con la creación del CC-IMPA, en 1999, sus actividades promueven una difusión de la fábrica que supera las expectativas de sus protagonistas (“Mundo IMPA”, 2001). Esto fortalece la percepción de que IMPA puede funcionar como un foco irradiador de la autogestión como solución posible para los problemas sociales. Desde su recuperación en 1998, Eduardo Murúa y Guillermo Robledo estuvieron en la administración de IMPA, siendo los principales impulsores de la noción de fábrica abierta en esta ERT, hasta la fractura del 2005. En 2008, con el episodio de la “2ª recuperación” de IMPA, Murúa regresa a la administración de IMPA, como veremos a seguir.

En el año 2000, IMPA empieza a expandir sus contactos a otras experiencias de cooperativas en crisis. A partir de este desarrollo, en ese mismo año surge el MNER. En el cruce entre ese desarrollo y el éxito alcanzado con la difusión del CC, referentes de la Cooperativa de Educadores e Investigadores Populares (CEIP) proponen a los trabajadores de IMPA instalar una escuela para jóvenes y adultos en la planta, lo que se va a consumir en el año de 2004 (Elisalde, 2013).

En el aspecto productivo, IMPA se enfrenta a una competencia desigual con la empresa Aluar, que normalmente se niega a vender materia prima (papel laminado) a IMPA. En el escenario político, en noviembre del 2001, los trabajadores de IMPA hacen un alerta público, respecto a la grave situación en que se encuentra el país: “Denunciamos que la Argentina está en guerra [...] necesitan una Argentina débil, sin industria, sin valor agregado” (Murúa, E. y Robledo, G., 2001, p. 3). Sin premeditar los acontecimientos posteriores, el 11 de diciembre del 2001 los obreros de IMPA, con otras trecientas personas, protagonizan un “corte” de las calles aledañas al Congreso Nacional. Ingresan al Congreso exigiéndose a los políticos que cancelen sus vacaciones y sigan legislando, para suspender todas las ejecuciones judiciales, porque ya en aquella semana, denunciaban, se había cortado la cadena de pagos entre las empresas (Murúa, 2011, p. 161).

IMPA tiene una relación directa con la experiencia de la recuperación² de la gráfica *Chilavert*, en 2002; de las ERTs *MVH Cooperativa Metalúrgica* y la fábrica de

2 Como tratamos con más detalles en investigación doctoral (Ramalho, 2018b)

globos “Global”, en 2003, ambos casos en que, por la decidida intervención de IMPA, se “rescatan” las maquinarias que los trabajadores habían encontrado en otro taller, como maniobra de la patronal para abrir una nueva empresa. La recuperación del hotel *Bauen* gana contornos decisivos cuando sus trabajadores, ya despedidos, se reúnen en IMPA, punto de confluencia del MNER por ese entonces. Los referentes de IMPA y del MNER muestran una disposición similar en la recuperación de la clínica cardiovascular *IMECC*, ubicada en el Parque Centenario de CABA. Esta marca de IMPA también la encontramos en la exGhelco, hoy la ERT *Vieytes*.

Para el año de 2002, IMPA se conforma en un “bastión” a partir del cual otras empresas se van recuperando. Los trabajadores de IMPA se juegan en la asistencia de incontables conflictos laborales, destacándose en el éxito de muchos procesos de recuperación que empiezan a surgir. El MNER publicita su lanzamiento el 7 de septiembre del 2002, en un acto con cincuenta ERTs en la metalúrgica Baskonia. En ese momento se destacan tres dirigentes que pueden resumir los grupos que posteriormente representarán el movimiento: Eduardo Murúa, Luis Caro y José Abelli.

Para ese entonces, los referentes del MNER también empiezan a vislumbrar articulaciones más allá del territorio argentino. Establecen contactos políticos con ERTs nucleadas en la “ANTAEG” brasileña (y con la CUT), y con las alrededor de veinte ERT en Uruguay, que se insertan en la central sindical oriental, el PIT-CNT (Ruggeri, 2009, p. 222).

Aunque IMPA tenga un rol destacado en el movimiento de empresas recuperadas argentino y en la adopción de la noción de “fábrica abierta”, ella misma no ha dejado de experimentar significativas rupturas internas en su historia reciente, que han cambiado la orientación otorgada por los trabajadores a la finalidad de su empresa.

3 I LA “FRACTURA” DEL 2005

En 2003, IMPA empieza a entrar en una crisis financiera. En ese contexto, se produce la primera escisión del MNER – Luis Caro se desvincula del MNER y busca afianzarse como el interlocutor más conveniente para el gobierno nacional, formando el Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por sus Trabajadores (MNFRT). Pese a esa primera fractura del MNER (2003), en IMPA sigue con el desarrollo de su concepción de empresa social, afianzando sus relaciones con el vecindario³.

Pero, entre 2004 y 2005, durante la recuperación de la fábrica de indumentarias exGatic en Pigüe se produce un relevante desacuerdo entre la dirigencia del MNER, respecto a la forma de recuperarse la empresa. Una parte acepta la propuesta del gobierno kirchnerista de compartir la planta con un grupo empresarial inversor, pues entiende ser

³ Para actuar como nexo entre IMPA y los vecinos de la fábrica se forma la asociación “Vecinos de IMPA”. Además, a partir de grupos que se venían definiendo como “Amigos de IMPA”, tales como la “Asamblea Popular de Plaza Almagro” y una asociación barrial de jubilados en la calle Bartolomé Mitre, se crea el “Centro de Jubilados ‘Amigos de IMPA’”. Este Centro organiza paseos, viajes y actividades culturales para sus miembros, reivindicando los derechos de los jubilados. En 2008 esa organización pasa a nuclearse en torno del Centro de Salud de IMPA (CeSAC 23) (Robertazzi, 2012).

la única salida favorable para los trabajadores. Murúa trata de denunciar la intención del Estado como una maniobra para privatizar la empresa. Aunque la planta de Pigüe haya sido finalmente recuperada en su totalidad por los trabajadores, este episodio evidencia la existencia de dos sectores divergentes en el MNER.

2005 es el año en que se fractura IMPA y marca un divisor de aguas en el movimiento de ERTs. La asfixia financiera sobre la fábrica llega a su punto máximo y las tratativas con el gobierno nacional se muestran sin efecto (Lavaca Editora, 2005, 24 de marzo). Los trabajadores, mediante varias movilizaciones, logran una reunión con autoridades del gobierno, el día 3 de marzo de 2005. Sin embargo, cuando un funcionario del gobierno anuncia el cierre de la reunión, sin comprometerse públicamente en promover una solución favorable a IMPA, se produce el episodio conocido como “la toma de la Casa Rosada”⁴.

Con Murúa y Robledo todavía en el interior de la casa de gobierno (mientras los obreros de IMPA permanecen en las intermediaciones), una fracción del MNER, favorables en apoyar al kirchnerismo, comunica a los funcionarios del Ejecutivo nacional que no están de acuerdo con la medida de fuerza perpetrada y que desconocen a Murúa como el presidente del MNER. Ese episodio refuerza las divergencias entre los trabajadores de IMPA, al afianzar la noción de que el gobierno nacional no les otorgará ningún subsidio, mientras perdure la conducción hasta entonces vigente en IMPA.

En este contexto, se perciben indicios de interferencias externas a la fábrica, buscando agudizar las tensiones existentes para así forzar un cambio en su conducción. Los reiterados pedidos de “reuniones informativas”, por parte de un grupo de asociados, permitirían suponer la existencia de alguna instrucción previa acordada entre este grupo de trabajadores, debido a su actuación coordinada en el sentido de obstaculizar la toma de decisiones.

En ese ínterin, funcionarios del INAES (Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social) se hacen presentes en el interior de la fábrica. Para Murúa existe una nítida intención política en su accionar, dirigida a favorecer un cambio en la conducción de IMPA: “...ya el INAES estaba adentro y se había arreglado con un montón [de trabajadores], diciendo esto: ‘¡Vamos a poner la guita!, pero si salen esos...’ Ya en este caso decían ‘a Murúa’ [si sale Murúa de IMPA].” (Murúa, 2011, entrevista del autor). Así, se va poniendo más nítida la existencia de una intención política, dirigida a favorecer un cambio en la conducción de IMPA⁵.

Al mes siguiente, Murúa tiene cita con el Presidente Chávez – para organizar un encuentro continental de ERTs, en Caracas –, por lo que sus opositores pueden prever su

4 Murúa declara que no dejará la oficina sin un compromiso del gobierno (Murúa, 2011, entrevista del autor), pues los obreros de IMPA habían decidido en asamblea no retirarse de las intermediaciones de la casa de gobierno sin un compromiso explícito de parte del Ejecutivo nacional. En otro sector de la Casa Rosada, el gobierno anunciaba, ese día, el lanzamiento de su política sobre la deuda externa, conocida como el “canje de los bonos de la deuda”.

5 Murúa afirma que Patricio Griffin, presidente del INAES, le había expresado anteriormente, en presencia del Secretario Oscar Parrilli y del legislador Diego Kravetz: “Voy a trabajar [para que IMPA–MNER no reciban nada del Gobierno”. (MNER/Murúa, 2005, 18 de Mayo. “El MNER denuncia al Gobierno Nacional” [Comunicado de Prensa]).

ausencia de la fábrica. Con Murúa en territorio venezolano, el 14 de abril, Luis Caro irrumpe en la planta de IMPA al frente de una veintena de asociados, sumergiéndola en una crisis política interna.

El 22 de abril de 2005 ocurre el episodio que marca la fractura entre los trabajadores de IMPA. Unos treinta obreros ocupan las instalaciones de la planta a la mañana. Un grupo minoritario, pero considerablemente bien articulado y decidido. Los cerca de noventa cooperativistas que desapruaban esta conducta deciden retirarse de la planta. A la tarde, deciden reingresar a la fábrica. Pero el grupo de dentro de la planta acciona a la policía, que entra en choque con aquellos que intentan entrar en ella, hecho que resulta en heridos y detenidos.

Así narra Murúa ese episodio (Murúa, 2011, entrevista del autor):

En el medio de eso Caro dice que tiene gaita [del Banco] de la Nación. La gente desesperada... querían aceptar el dinero [...] hasta que agarró un 25, 30% [de los asociados] y toman la fábrica. No me quieren dejar entrar. A las 08:00 de la mañana cierran el portón con los obreros adentro.

En ese episodio, Caro es acusado de replicar una conducta reiterada, puesta en práctica en 2004, durante la crisis financiera y fractura política en el frigorífico recuperado *Yaguané*:

Caro había aparecido en Yaguané con una propuesta basada en la eficacia económica y en los supuestos altos ingresos de las cooperativas del MNFRT. [...] Pasó en Yaguané, en los Astilleros Almirante Brown, en Sasetru. [...] la realidad es que semejantes enfrentamientos sólo se han producido en las empresas recuperadas de la mano de la intervención de Luis Caro. [...] Todo el accionar se basa en trabajar la desesperación y la apetencia (legítima) de percibir buenos salarios por parte de un sector de los trabajadores (Ruggeri, 2005).

A partir de entonces los asociados impedidos de acceder a la planta de IMPA acampan en sus puertas, mientras los demás se mantienen permanentemente en el interior. Mientras Caro busca una negociación con el juez en cuestión, Murúa se enfrenta con él, condenándolo por considerar que su conducta está favoreciendo a un lado de la contienda. En ese ínterin, funcionarios del INAES se hacen presentes en el interior de la fábrica.

En esas circunstancias se realiza la asamblea de trabajadores que marca un cambio en la conducción de IMPA. Una vez conquistado el control de la Cooperativa, el grupo hegemónico procede a expulsar a los principales referentes de su grupo contrincante (Ruggeri, 2005, párr. 16).

Con este cambio, se engendra el desalojo de todas actividades sociales, culturales y educativas en la planta de IMPA, una vez que el nuevo Consejo decide que “ninguna persona ajena a la cooperativa” puede permanecer en las instalaciones de la fábrica (Avalos, 2010, p.88). La forma traumática con que se lleva a cabo este cambio de conducción, podemos apreciarla en el relato de Ramiro Gómez, de la Cooperativa Serigráfica “Manos”, hasta

entonces instalada en la planta de IMPA:

...la cosa se venía poniendo pesada en IMPA, no daba para mucho más, Guillermo [Robledo] y Sebastián [Maissa] ya no estaban y finalmente yo fui el último a irme. Me acuerdo que ese día vinieron a sacarme a empujones, algunas de las mujeres trabajadoras me rodearon y me abrazaron para que no me sacaran, pero finalmente a los empujones lograron sacarme y al final me tuve que ir. [...] fue re feo lo que pasó. (Gómez citado en Avalos, 2010, p. 64).

4 I LA “SEGUNDA” RECUPERACIÓN DE IMPA (2008)

A fines de 2007, IMPA se encuentra nuevamente subsumida en problemas de orden financiero, jurídico y político. El 6 de agosto del 2007, los obreros deciden reincorporar la dirección anterior. Con el regreso de esa conducción, se reanudan también los embates políticos.

Quando los cooperativistas proponen reducir los honorarios pagos al síndico del concurso de acreedores, se instala un conflicto con el mismo, complicando la situación jurídica de IMPA⁶. A su vez, el poder judicial también produce su embestida, que perdura hasta la actualidad. Los trabajadores frenan un intento de desalojo a principios de abril de 2008, pero 15 de abril de 2008 son nuevamente desalojados de la planta de IMPA.

Al día siguiente, la imagen de 1998 se repetía: trabajadores en la calle y la policía dentro de la fábrica. [...] pero entre las risas que suelen salvarlos en los momentos angustiantes bromeaban: *‘si nos iban a mandar a la calle por lo menos lo hubieran hecho en verano, siempre esta lluvia y este frío, y nosotros acá cagados de hambre, con laburo y sin poder hacerlo’* (Avalos, 2010, p. 91).

Otras organizaciones sociales, empresas recuperadas y vecinos, se suman en las puertas de IMPA. En una asamblea, los trabajadores deciden entrar en la fábrica al día siguiente. Sin embargo, este mismo día el juez ordena el retiro del aparato policial. Así, el 22 de abril de 2008, a casi diez años de aquel 22 de mayo de 1998, los obreros vuelven a asumir el control de la planta, marcando así la “segunda” recuperación de IMPA.

Con todo, esa adversidad unifica a los trabajadores de IMPA. Se hace unánime, por ese entonces, la percepción de que es necesario evidenciar el carácter social de la planta, como forma de ratificar su utilidad pública. Así, se afianza la concepción de empresa social entre los trabajadores de IMPA⁷.

5 I LAS DOS CONCEPCIONES DE LA RECUPERACIÓN DE EMPRESAS POR SUS TRABAJADORES

La fractura del 2005 y la “2ª recuperación” del 2008 evidencian la existencia de *dos*

6 En un concurso de acreedores o en una quiebra, el síndico es el encargado de liquidar el activo y el pasivo del deudor. Él tiene todos los poderes de un administrador sobre el patrimonio que va a ser objeto de liquidación.

7 Aun así, son dispares los sentidos atribuidos sobre la fábrica. Durante una visita de estudiantes de la Escuela Normal Ernesto Guevara a IMPA, Horacio, uno de sus más combativos trabajadores, les dice que trabaja en IMPA únicamente porque no tiene otra opción laboral (Carla Cabrera, agosto de 2011, Conversación con la docente, Registro de campo).

concepciones de la recuperación en disputa entre la organización política de las ERT's argentinas. La disputa con respecto a la adopción o no de la noción de “fábrica abierta” que nos permite asentar la diferencia entre esas dos concepciones de la recuperación. La noción de “fábrica abierta” es una *estrategia política* que consiste en instalar organizaciones sociales en las dependencias de las ERTs u ofrecer actividades más allá de su finalidad económica de origen⁸.

El contraste entre la estrategia política de IMPA, que desarrolla proyectos comunitarios de apoyo mutuo con vecinos o asociaciones civiles y alberga en su planta varias organizaciones populares, dedicadas a la cultura, la educación, la comunicación y la salud, frente a otras recuperadas que anhelan sólo aumentar sus retiros individuales, nos permite caracterizar a dos tipos de ERT: aquellas que adoptan el carácter de “*Empresas Sociales*” en contraste con las estrictamente “*Productivistas*”.

La forma como cada ERT enfrenta sus tensiones internas y establece sus relaciones con el mercado, está condicionada por la concepción sobre la recuperación que ella adopta para sí: cuál debe ser su finalidad y con que medios alcanzarla. La *concepción “productivista”* se expresa en empresas donde prevalece un enfoque estricto en el trabajo productivo y en su inserción en el mercado, con el exclusivo objetivo de generar y aumentar los retiros individuales de los socios.

La *concepción de “empresa social”* entiende a los trabajadores como actores políticos y que cada ERT debe constituirse en función de necesidades sociales más amplias, incorporando, como propuesta política, el desarrollo de proyectos socioculturales y el armado de redes entre experiencias que guardan un sentido de pertenencia común. En esta concepción, la finalidad de la recuperación no se agota en la conservación de la fuente laboral y trasciende el núcleo de trabajadores circunscriptos a la empresa. Con esto, llegan a encarnar un “proyecto alternativo de sociedad” y sostienen ciertas prerrogativas “sobre esquemas culturales propios” (Fajn, 2005).

IMPA aparece como una empresa simbólica dentro de la concepción de “empresa social”. Sin embargo, el examen de su trayectoria, como vimos, nos permite suponer que la disputa entre las diferentes concepciones sobre la recuperación se refleja también en el interior de cada ERT.

La *estrategia política* enarbolada con el nombre de “Método IMPA” consiste en instalar organizaciones sociales en las dependencias de las ERT. Aunque para algunos obreros se trate solamente de asegurar una “aureola social” de defensa alrededor de la fábrica, vemos en IMPA el reconocimiento adquirido por sus organizaciones sociales dentro del área en que se especializan, tal como el Centro Cultural en las artes, el Bachillerato Popular en la educación, la BarricadaTV y la Radio Semilla en la comunicación y el Museo del Trabajo IMPA como conservación de su acervo histórico. Las organizaciones instaladas

⁸ Se puede percibir un contraste entre las formas de actuación del MNER y del MNFRT, así como una diferenciación programática respecto a sus reivindicaciones frente al *Estado* (Ramalho, 2018a, p. 70 a 85).

en la planta de IMPA caracterizan el despliegue práctico de su concepción como “Empresa Social”, denominándose “La Fábrica Ciudad Cultural”.

El intercambio constante entre personas y experiencias que esta estrategia promueve, fomenta la transmisión de percepciones y de repertorios de acción con el objetivo de diseminar un *habitus militante* (Aiziczon, 2009). Podemos decir que IMPA fomenta una “institucionalización” del *habitus militante* del campo popular, ya que en su planta podemos encontrar agrupaciones consolidadas, con una práctica estable, cuya actuación puede predecirse, debido a su continuidad, e interpretarse como la labor de una entidad dotada de identidad y vida propia.

La propuesta política encarnada en el “*Método IMPA*” consiste en difundir la creencia en la autogestión como una solución viable para sanar las carencias sociales. En estos términos, la consigna “Ocupar, Resistir, Producir” podría hacerse extensible a todos los espacios ociosos o subutilizados, que deben ser “recuperados” para que cumplan con su función social, generando trabajo, educación, cultura, comunicación y salud. Esta concepción entiende que *la viabilidad política del campo popular se relaciona con la demostración de su viabilidad socioeconómica*.

La reconversión de una serie de espacios ociosos en espacios autogestionados, de uso público y de carácter comunitario, multiplicaría las agrupaciones del campo popular. Este desarrollo del *habitus militante* puede irradiar en la población una disposición por participar en experiencias territoriales de trabajo comunitario, diseminándose así las percepciones sobre la realidad emanadas desde los movimientos sociales. El “*Método IMPA*” incorpora en su argumento una lógica “foquista”, por la que cada experiencia formativa de la clase trabajadora debe funcionar como un punto de fomento a otras similares, como el BP-IMPA ha cumplido este papel sobre el conjunto de los de BPs argentinos – hoy, decenas de BPs están instalados en ERTs.

Sin embargo, los trabajadores atraviesan una *situación paradójica* pues la autogestión les exige superar la condición asalariada que tenían como el objetivo inicial de la recuperación. Si antes los mecanismos pedagógicos existían para disciplinar la fuerza de trabajo, ahora la didáctica del ejercicio colectivo debe establecer las formas de autorregulación del trabajo, para lo que todos deben conocer el proceso productivo y la situación de la empresa. Pero, algunos adquieren esa consciencia sólo para asegurarse de que los ingresos a ser distribuidos no rebasarán sus expectativas. Así, hay una constante disputa entre los que asumen la regulación del trabajo y aquellos que se resignan a su puesto a la espera de un retiro satisfactorio. Por eso, es siempre *precaria y reversible la conducción* del núcleo de trabajadores que asume la gestión de la empresa y suele vislumbrar posibilidades más allá del proceso productivo. Vemos que se opera una *ruptura parcial del habitus fabril anterior*, una vez que persisten rasgos de una subjetividad asalariada entre los trabajadores – para los cuales trabajar solamente en su puesto y reinsertarse en el mercado como una empresa más, sigue siendo su objetivo anhelado.

6 | CONCLUSIONES

Nuestro aporte central consiste en demostrar que los *procesos de formación* ocupan un lugar central para *recuperarse* empresas y *consolidar* la autogestión. La apropiación de los medios de producción no necesariamente significa la conformación de un grupo plenamente consciente de sus atribuciones en la administración de la empresa.

La necesidad de fomentar estrategias formativas en el campo educativo posee una amplia aceptación entre los obreros de IMPA. Vemos diseminada entre ellos una percepción, aunque con diferentes grados de asimilación, que la *concepción de otra lógica de trabajo “va de la mano” con la necesidad de concebir otra lógica educativa*. Teniéndose resaltado el elemento pedagógico de la práctica productiva en esa ERT, sus obreros optan por crear una Universidad Popular, cuando entienden ser necesario articular a las diversas organizaciones sociales instaladas en la planta.

Desde IMPA, se concibe estructurar un centro formativo que pueda ofrecer cursos en diversos niveles de la educación, desde la primaria a la universitaria, incluyéndose la formación artística y la producción comunicacional. Aun así, podemos encontrar dificultades vinculares en la conformación de un órgano conjunto entre organizaciones sociales ya bien conformadas.

Hemos analizado la trayectoria de IMPA a partir de su recuperación. Después de protagonizar la propagación de la concepción de “empresa social”, su fractura interna le cambia la orientación, hasta que la llamada “segunda” recuperación de IMPA, produce el regreso de la concepción inicial.

Eso nos muestra que la implementación de la autogestión dentro de la empresa no significa la desaparición de ciertos dispositivos pedagógicos presentes en las estrategias formativas del capital. La autogestión se encuentra en una constante tensión entre *consolidación* y *reversibilidad*.

La *manifiesta precariedad* y *latente reversibilidad de la autogestión* reafirma la importancia de la conformación grupal como un elemento central para el entendimiento de la recuperación. Su latente posibilidad de extinción se encuentra en la pérdida del control colectivo sobre la gestión, debido a la instalación de “nuevos patrones”. Esto puede ocurrir, sea por la cristalización de una jerarquía interna, devenida del desinterés de muchos en asumir la autorregulación del trabajo, sea por erigirse un “patrón afuera” que adquiere una influencia externa sobre la cadena productiva (por ejemplo, con el trabajo a *façon*). El desafío es lograr un nivel de rentabilidad manteniéndose la autodidáctica del ejercicio de la organización colectiva sobre los rumbos de la empresa.

Existen diferentes niveles de interiorización del compromiso asumido. Una vez que *reintegrarse al mercado* permanece como *objetivo anhelado* entre muchos, las pautas de conducta de esos trabajadores parecen más susceptibles a las estrategias formativas del capital. Eso condiciona la calidad de la autogestión, en el carácter de los procesos de

autorregulación del trabajo establecidos para el control del proceso productivo.

Eso se debe, en parte, a que la arremetida de los trabajadores, para recuperar su empresa, contiene un carácter ambivalente: ellos “vuelven” a trabajar, como anhelaban al principio, pero bajo otras condiciones, inimaginables en el punto de partida. Así, *para recuperar su situación inicial de asalariados ellos debieron superar la condición asalariada, engendrando un sistema autogestionado.*

Nuestro itinerario investigativo permite indagar sobre la existencia de una *continua tensión entre la resignación individual y la apropiación colectiva* de la situación problemática/dilemática vivida, lo que se refleja la coexistencia de una “*subjetividad asalariada*” reminiscente con una “*subjetividad autogestionada*” en formación. La persistencia de resabios de una “subjetividad asalariada” durante la autogestión se manifiesta en las diferentes pautas de conducta observadas en lo cotidiano de la producción: mientras unos se limitan a ejercer la función de su puesto de trabajo y reproducen reclamos de tipo “sindical”, otros se ocupan de las tareas administrativas y articulaciones políticas. La reminiscencia de una “*subjetividad asalariada*” se nos evidencia, en suma, una vez que *reintegrarse al mercado* permanece como *objetivo anhelado* entre muchos trabajadores y las pautas de conducta de esos trabajadores parecen más susceptibles a las estrategias formativas del capital.

Las pautas de conducta de aquellos trabajadores en los cuales *persiste* “la resignación individual” indican una resignificación parcial de la visión de mundo opresora, persistiendo como horizonte de éxito la percepción de un ingreso satisfactorio. Un *desalojo insuficiente del opresor como ideal de vida, pues integrarse al mercado permanece como objetivo anhelado.* Por lo tanto, la apropiación del proceso productivo no necesariamente significa la conformación de un grupo plenamente consciente de sus atribuciones en la gestión de la empresa.

Las ERTs se encuentran en una situación de *precariedad jurídica*, respecto a la seguridad social de su fuerza de trabajo y a la tenencia de las instalaciones de su unidad productiva. Sin acceso a créditos, se trata de poner en marcha una empresa que ni su dueño quería hacerse cargo. En estas condiciones desventajosas, se demuestra inadecuado buscar insertarse en el mercado, como principal estrategia para consolidar la autogestión.

Eso también se refleja en las fragmentaciones entre las agrupaciones de ERTs. Para elegir una agrupación a la cual afiliarse, diversos trabajadores constatan la existencia de una lógica utilitarista y pragmática en su conducta. Los trabajadores suelen calcular los beneficios inmediatos que consideran posible de granjearse de su empresa, en detrimento de una motivación ideológica fundada en un sentido de pertenencia común. Desde nuestra investigación situada en IMPA, podemos concluir que esta conducta consiste en una dificultad para las ERTs en agruparse y, luego, alcanzar logros políticos duraderos.

Desde IMPA y del MNER, podemos analizar los cuatro puntos estipulados en las “reivindicaciones históricas” del MNER: primero, veremos una propuesta que contiene

una base de sustentación legal para los medios de producción, por medio de una *ley de expropiación* nacional, así como una base de seguridad social para su fuerza de trabajo, con la *figura jurídica* del “trabajador autogestionado”. Una “*ley de compras*” que obligue al Estado a adquirirle a las ERTs una parte de sus insumos ordinarios, asegurándoles una demanda mínima. Un “*fondo de reconversión tecnológica*”, a la vez, garantiza una forma de conseguir materia prima o mejorar sus fuerzas productivas. Así, se consideran las instalaciones de la empresa y las personas que trabajan en ella, como también se estipula una demanda mínima y condiciones para una capacidad de oferta más eficiente. Este programa constituye lo más cercano que hemos podido encontrar a un *sistema orgánico de políticas públicas* para las ERTs.

Asimismo, esta propuesta busca que los sindicatos no sólo repliquen una disposición para la recuperación del trabajo frente al cierre o el despido. También se les plantea que adopten una política de *control obrero sobre la producción capitalista*, capacitando a sus afiliados para que analicen la contabilidad de las empresas donde trabajan.

Con respecto a la articulación política entre las organizaciones sociales del “campo popular”, vemos que, si las diversas demandas sociales existentes deben ser suplidas, en lo inmediato, por la acción colectiva del campo popular, se requiere la elaboración de reivindicaciones que aglutinen demandas que atañen a la sociedad como un todo, antes que a cada sector por separado. Esto posicionaría al conjunto de estos sectores “autonomizados” del campo popular en mejores condiciones para interpelar a los poderes económicos y estatales. La articulación entre las reivindicaciones emanadas desde los varios sectores del campo popular conformaría la base de un programa político-estratégico de largo plazo.

Podemos pensar, como una hipótesis propuesta para estudios posteriores, que estos obstáculos a la integración se verifican también entre otras agrupaciones del campo popular. La lógica instituida en las formas de resistencia parece reproducir en el interior del *habitus militante* una conducta pautada por la “autonomización” y en la confianza restringida a aquellos en estado de “igualación” dentro de cada organización social.

Cuando diferentes organizaciones sociales se reúnen para definir una acción conjunta, por ejemplo, cada una de ellas suele estipular previamente su pauta de conducta e intereses a defender en la asamblea ordinaria de su agrupación, las cuales son restrictas a sus integrantes. Así, ese momento de integración adquiere el formato de un encuentro con carácter extraordinario, entre grupos independientes respecto a sus estructuras, trayectorias e identidades internas. Caso surja algún imprevisto o problema inesperado, normalmente se hace necesario regresar la deliberación al interior de cada organización, para que sólo entonces se pueda volver a la instancia conjunta y definirse alguna decisión a tomar.

Esto puede colocar a los *movimientos sociales* en una cierta disyuntiva, pues si no alcanzan una sinergia entre sus diversas iniciativas quizás *terminen concretizando la*

precarización social que denuncian y buscan contrarrestar. La instalación de una vasta cantidad de espacios educativos, culturales o de salud no es suficiente para contrarrestar la marginación contra la que se erigen. Así, pueden estar cristalizando la existencia de un sector de la población que tiene acceso a esos bienes sociales, solamente por medio de espacios creados por agrupaciones comunitarias a partir de sus escasos recursos materiales⁹.

Sin embargo, la estrategia formativa desplegada por IMPA, pese a todas las dificultades y disputas políticas enfrentadas, muestra haber sido capaz de permitir la recuperación de los puestos de trabajo en esta y en otras empresas, como también ha permitido a miles de estudiantes que concluyan sus estudios primarios y secundarios, así como el acceso de otras millares de personas a la formación artística y aparatos culturales, a medios de información radial y televisiva, además de fomentar el desarrollo de otras cooperativas que utilizan su planta como sede de sus emprendimientos. IMPA es una empresa que ha llegado más lejos de lo que se podría imaginar, incluso por algunos de sus propios obreros, y que todavía muestra tener hilo en el carretel.

REFERENCIAS

Aiziczon (2009). *Zanón, una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta.

Avalos, Julieta (2010). *Imparables. Resistencia y lucha en una empresa recuperada por los trabajadores*. Buenos Aires: Autor.

Elisalde, R. (2013). Bachilleratos populares y Autogestión educativa. Perspectivas y desafíos para la construcción de un Movimiento Pedagógico en la EDJA. En Elisalde, R., Dal Ri N. M.; Ampudia, M., Falero, A. (Eds.), *Movimientos sociales, educación popular y trabajo autogestionado en el cono sur*. Buenos Aires, Editorial Buenos Libros.

Fajn, Gabriel (2005). *Fábricas y Empresas Recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires, Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos.

Fajn, Gabriel (2014). *Empresas recuperadas: calificaciones y trayectorias laborales*. Buenos Aires, Argentina, Revista del Observatorio Social sobre Empresas Recuperadas y Autogestionadas N°10, 1° Semestre.

Figari C. (2010). Hegemonía empresarial, y lógicas de formación corporativas: disputas para una resistencia obrera organizada. En Figari, Lenguita, y Cató (Eds.), *El movimiento obrero en disputa. La organización colectiva de los trabajadores, su lucha y resistencia en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Ciccus. (pp. 21-39).

⁹ Por ejemplo, aunque se instale un BP en cada ERT, como propone el "Método IMPA", eso no sería suficiente para revertir el cuadro de marginación educativa denunciado. Se podría consolidar la precarización sobre toda una franja de la población condenada a buscar formas de educarse por sus propios medios.

Figari, Claudia (2015). Corporaciones y dispositivos pedagógicos: la estrategia formadora del capital. *Revista Estudios Sociológicos* (98), 32, Centro de Estudios Sociológicos de El Colegio de México, pp. 285-310.

García, María Amalia (2011). Fábricas de resistencia y recuperación social: experiencias de autogestión del trabajo y la producción en Argentina. México, D.F., El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos.

Lavaca Editora (2005, 24 de abril). "Están atacando a un proyecto". La crisis de IMPA, según Murúa. Extraído de <http://www.lavaca.org/seccion/actualidad/0/269.shtml>

MNER/Murúa, E. (2005, 18 de Mayo) El MNER denuncia al Gobierno Nacional [Comunicado]. Extraído de http://argentina.indymedia.org/news/2005/05/292551_comment.php?theme=default.

Mundo Impa (22 de abril de 2001). *La Nación*. Extraído de <http://www.lanacion.com.ar/212782-mundo-imp>

Murúa, E. y Robledo, G. (2001, diciembre). Expedición IMPA vs Expedición Robinson. *IMPACTO Revista cultural*. Buenos Aires: Autor.

Murúa, Eduardo (2011b). Ocupar, resistir, producir. En Caviasca, Guillermo (Ed.) ¿Qué se vayan todos? A 10 años del 19 y 20 de diciembre del 2001. Buenos Aires, Editorial Cooperativa El Río Suená.

Programa Facultad Abierta (2018). Informe. Las empresas recuperadas por los trabajadores en el gobierno de Mauricio Macri. Estado de situación a octubre de 2018. Facultad de Filosofía y Letras, UBA. Extraído de: <https://www.recuperadasdoc.com.ar/VI-Informe-Situacion-ERT-2018.pdf> (consulta mayo de 2021).

Ramalho, Ramon (2011). Gestión toyotista: sindicalización como factor de producción y la cooptación intelectual del trabajador. IX Jornada de sociología de la UBA. Carrera de sociología, Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Agosto de 2011.

Ramalho, Ramon (2012). Gestión asamblearia: germina el porvenir del territorio autogestionado. En *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, N° 11. Belo Horizonte: Faculdade de Políticas Públicas "Tancredo Neves", Universidade do Estado de Minas Gerais, EdUEMG.

Ramalho, Ramon (2018a). De la Resignación a la Autogestión. Procesos Formativos en la Recuperación de Empresas. En: Horta, Carlos Roberto; Da Costa, Cândida; Alves, Flávia Assis (org.). *Novos contextos e desafios do mundo do trabalho / organização* Carlos Roberto Horta, Cândida da Costa, Flávia Assis Alves. - 1. - Belo Horizonte, Ed. Fino Traço.

Ramalho, Ramon (2018b). Estrategias de Formación y Disputa Política en Movimientos Sociales. El caso de la Universidad de los Trabajadores de la Empresa Recuperada IMPA (2011-13). (Tesis Doctoral). Buenos Aires, FSOC/UBA.

Rebón, Julián (2004). *Desobedeciendo al Desempleo*. Buenos Aires, Picaso/La Rosa Blindada.

Robertazzi, Margarita (2012) Proyecto UBANEX "Museo IMPA del trabajo: memorias sociales sobre la identidad obrera." Datos no publicados, extraído del banco de datos de Ramon R. Ramalho.

Ruggeri, Andrés (2005). Luis Caro, IMPA y las Fábricas y Empresas Recuperadas ¿Quién metió la cola en IMPA? *La Fogata Digital*. Extraído de http://www.lafogata.org/05arg/arg4/ar_25-12.htm

Ruggeri, Andrés (2009). Las empresas recuperadas en américa latina. En torno al primer encuentro latinoamericano de ERT. En Ruggeri (Ed.), *Las empresas recuperadas. Autogestión de la clase obrera*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

Ruggeri, Andrés (2014). ¿Qué son las empresas recuperadas? Autogestión de la clase trabajadora. Buenos Aires: Continente.

Saavedra, I. y Rebón, J. (2006). Empresas recuperadas: la autogestión de los trabajadores. Buenos Aires, Capital Intelectual.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de trânsito 298, 299, 300, 301, 305, 308, 309, 310, 311

África 46, 52, 55, 68, 79, 107, 117, 247, 252, 253, 260, 374, 375, 379

Agricultura 68, 138, 154, 170, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 231, 233, 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 249, 250, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 279, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289

APEC 48, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Apicultura 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

B

Barreiras comerciais 157, 158, 160

Brasil 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 83, 86, 93, 104, 118, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 218, 219, 221, 231, 232, 233, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 262, 265, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 336, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 380, 382, 385, 386, 398, 399, 408, 415, 418, 421

C

Capital 1, 2, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 125, 126, 162, 170, 173, 178, 179, 188, 189, 192, 193, 196, 199, 206, 242, 246, 255, 256, 257, 273, 279, 281, 283, 284, 285, 287, 292, 299, 300, 301, 305, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 343, 345, 346, 348, 349, 351, 377, 388, 390, 391, 393, 394, 419, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433

Capitalismo 16, 17, 20, 25, 26, 28, 29, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 196, 354, 390, 395, 413, 423, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433

CAPM 84, 85, 88, 90, 91, 93

China 64, 102, 114, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Cluster 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Comércio internacional 46, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 82, 83, 120, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 158, 166, 374

Commodities 46, 69, 84, 142, 144, 152, 157, 158, 166, 347

Comunicação 9, 66, 94, 105, 119, 154, 161, 230, 231, 232, 235, 236, 240, 277, 279, 280, 379, 399, 408, 415, 417, 421, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 434

Contratos 79, 199, 200, 203, 376, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422

Cooperativismo 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202

Covid-19 69, 81, 114, 263, 264, 269, 270, 271, 419

Crescimento 39, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 68, 71, 74, 78, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 142, 144, 153, 159, 166, 167, 176, 177, 206, 221, 248, 253, 254, 255, 256, 258, 272, 273, 274, 275, 276, 290, 295, 319, 330, 335, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 353, 357, 372, 375, 376, 378, 399, 407, 419, 424, 426

D

Desenvolvimentistas 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45

Desenvolvimento 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 114, 121, 143, 144, 145, 153, 154, 175, 204, 205, 206, 207, 218, 219, 221, 231, 232, 237, 240, 242, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272, 274, 276, 279, 296, 297, 312, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 330, 336, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 348, 351, 352, 357, 365, 366, 367, 371, 375, 379, 414, 420, 423, 424, 434

Dólar 64, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 384

E

Economia 1, 2, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 158, 163, 166, 175, 176, 177, 204, 205, 206, 207, 218, 220, 224, 231, 232, 233, 239, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 295, 296, 297, 312, 322, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 340, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 364, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 375, 376, 378, 379, 380, 397, 409, 413, 420, 421, 422, 426, 432, 433, 434

Eleições 397, 398, 399, 400, 404, 406, 407, 408, 409

Embargo 134, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 196, 197, 198, 201, 267, 383, 386, 388

Empresas 52, 53, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 122, 135, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 237, 246, 250, 256, 260, 261, 263, 274, 275, 280, 285, 329, 331, 337, 341, 342, 346, 348, 349, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 382, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 426, 434

Estado 25, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74,

75, 81, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 129, 153, 183, 186, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 219, 222, 226, 231, 232, 240, 242, 248, 250, 252, 254, 258, 261, 266, 272, 273, 274, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 345, 367, 370, 371, 372, 378, 379, 394, 395, 396, 400, 404, 413, 417, 433

Estados Unidos 44, 51, 52, 53, 129, 132, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 161, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 248, 265, 267, 269, 271, 359, 382, 398, 414

Exportações 53, 73, 74, 80, 87, 102, 116, 125, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 177, 248, 367, 373, 374, 375

F

Falência 37, 110, 353, 358, 360, 361, 364

G

Games 423, 424, 426, 428, 432

Globalização 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 296, 411, 412

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 20, 21, 64, 433

Imperatriz 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Investimento 40, 42, 47, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 90, 92, 93, 96, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 122, 126, 127, 154, 162, 163, 174, 243, 248, 258, 260, 315, 319, 323, 325, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 357

L

Liberais 35, 36, 37, 45, 62, 158

M

Marketing 108, 196, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 231, 239, 240, 241, 365, 366, 368, 373, 379, 380, 422

Materialismo 1, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 33

Mercado 25, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 147, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 186, 187, 188, 189, 197, 202, 221, 222, 229, 231, 232, 234, 237, 241, 246, 247, 253, 255, 260, 265, 266, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 340, 341, 345, 347, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 387, 393, 394, 395, 396, 413, 417, 424, 426, 428, 432

Moçambique 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 102,

103, 104, 105, 106, 107, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380

Modelo gravitacional 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 272, 276, 277, 278, 279, 292, 293

Mortalidade infantil 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

N

Neoliberalismo 50, 54, 55, 56, 64

P

Paraísos fiscais 66, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

Pernambuco 218, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

Piauí 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 309, 316

PIB 68, 71, 80, 81, 92, 98, 100, 101, 102, 107, 113, 116, 117, 127, 129, 132, 139, 141, 145, 146, 151, 152, 153, 157, 160, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 219, 260, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 300, 329, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 346, 347

Política monetária 86, 98, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 348, 378

Portugal 51, 76, 83, 104, 117, 118, 338, 353, 356, 361, 362, 363

Produção 2, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 62, 63, 72, 73, 74, 82, 95, 96, 107, 116, 122, 128, 142, 144, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 172, 173, 175, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 235, 238, 239, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 256, 258, 260, 261, 263, 274, 279, 281, 294, 341, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 433

Q

Qualidade 10, 12, 13, 14, 15, 71, 82, 91, 102, 103, 116, 142, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 239, 248, 255, 256, 261, 273, 298, 300, 314, 315, 322, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 365, 368, 369, 370, 373, 374, 375, 376, 379

R

Recursos naturais 46, 51, 73, 79, 85, 95, 102, 103, 142, 164, 165, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 256, 258, 260, 261, 371

Redes sociais 230, 232, 233, 234, 235, 236, 397, 398, 399, 400, 403, 407, 408, 409

S

Saúde 32, 71, 82, 95, 96, 158, 159, 224, 225, 227, 232, 253, 256, 257, 273, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 353, 354, 355, 357, 360

Smart contracts 411, 412, 416, 417, 419, 420, 421, 422

Subdesenvolvimento 40, 45, 48, 55

T





Terra 12, 14, 29, 48, 56, 73, 164, 165, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 249, 251, 254, 258, 259, 299, 338, 340, 341, 343, 349, 352, 421

Trabalho 1, 2, 3, 4, 7, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 36, 39, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 73, 77, 80, 88, 95, 96, 106, 117, 122, 141, 143, 145, 146, 152, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 170, 173, 192, 205, 206, 218, 227, 233, 234, 243, 250, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 278, 294, 298, 300, 301, 303, 305, 312, 317, 325, 330, 333, 336, 348, 353, 357, 365, 367, 368, 373, 377, 398, 413, 420, 422, 423, 424, 427, 428, 431, 432

Turismo 68, 135, 138, 139, 221, 237, 258, 259, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396

U

União Europeia 64, 72, 76, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2